CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais 2
1. Objeto 2
2. Prazo do contrato 2
3. Obrigações principais do adjudicatário 2
4. Preço contratual 3
5. Condições de pagamento 4
6. Penalidades contratuais 5
7. Dever de sigilo 6
8. Proteção de dados pessoais 6
9. Força maior 7
10. Resolução por parte da entidade adjudicante 7
11. Resolução por parte do adjudicatário 8
12. Foro competente 8
13. Subcontratação e cessão da posição contratual 8
14. Comunicações e notificações 8
15. Gestor do Contrato 9
16. Contagem dos prazos 9
17. Legislação aplicável 9
Parte II – Cláusulas Especiais 10
18. Especificações técnicas 10

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. Procedimento n.º **CPI/01/23/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de Serviços de Nadadores Salvadores.

2. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo período de 36 meses, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
   a. Com contrato reduzido a escrito, da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente.
3. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º n.º 1 alínea a) e n.º 2 alínea a), do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
5. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

3. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
   a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
   b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
   c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
   d. Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Braga, relativos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais.
   e. Obrigação de assegurar a presença atempada dos nadadores salvadores nos locais e horários definidos nas especificações técnicas, devidamente equipados e aptos para iniciar de imediato as suas funções.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

f. Dar conhecimento de todos os relatórios de ocorrência produzidos nos vários locais de vigilância, para endereço/contacto articulado entre as partes no momento da celebração do contrato.

2. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
4. Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
5. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

4. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior, corresponde ao somatório dos preços horas unitários multiplicados pelas quantidades, e não pode, em qualquer caso, ser superior a 832.529,01€ (valor sem IVA), divido pelos seguintes lotes:
   a. Lote 1: 401.421,48€;
   b. Lote 2: 431.107,53€
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, ou nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
   a) Pagamentos mensais, de acordo com as horas efetivamente prestadas
5. No fim de cada ano de vigência do contrato e em caso de prorrogação do prazo do mesmo há lugar a revisão do preço no termo de cada ano de vigência, a qual traduzirá a variação média do Índice de Preços no Consumidor, excluindo habitação[1], do último mês publicado à data da renovação.

[1] Adaptar a cada situação

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

2. No fim de cada ano de vigência do contrato, e a pedido devidamente fundamentado do co-contratante, os preços unitários hora poderão ser objeto de revisão, desde que existam condicionantes externas que o justifiquem, e que coloquem em causa a normal execução do contrato, de acordo com a taxa de variação do salário mínimo nacional e de acordo com a seguinte expressão:

$$P^{i}_{Unit.} = P^{0}_{Unit.} \, x \, \frac{Index^{i}}{Index^{0}}$$

em que:

- $PUnit.i$ é o preço/unitário hora resultante da revisão;
- $PUnit.0$ é o preço unitário/hora inicial do contrato, isto é, da(s) proposta(s) adjudicada(s); no caso do pedido ser efetuado no segundo ano de execução, ou no ano anterior ao pedido de atualização, no caso de se tratar do terceiro ano de contratação.
- $Indexi$ Valor do salário mínimo nacional no ano do pedido de atualização de preços;
- $Index0$ Valor do salário mínimo nacional no ano de início da contratação da prestação de serviços, no caso do pedido ser efetuado no segundo ano de execução, ou no ano anterior ao pedido de atualização, no caso de se tratar do terceiro ano de contratação.

5. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
   a. o artigo 36.º do CIVA;
   b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
   c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
      i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
      ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com .
2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2022 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt (Despacho 49/2022 – XXIII de 24/05/2022).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.**

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados mensalmente.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029."

6. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento da obrigação de assegurar a presença pontual dos nadadores salvadores nos locais e horários definidos nas especificações técnicas, devidamente equipados e aptos para iniciar de imediato as suas funções, resultando no encerramento de piscinas ou insegurança por parte dos banhistas em praias fluviais, 200% do valor hora apresentado, por cada hora de encerramento/ausência de vigilância;
   b) Pelo incumprimento da obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato até 5% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8. Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial mo Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

9. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

10. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

lugar.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do adjudicatário:

   a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
   b) Prestação de falsas declarações;
   c) Estado de falência ou insolvência;
   d) Cessação da atividade;
   e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

11. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

12. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

13. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

14. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

15. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato:

a. Gestor do contrato: Rosa Canário

16. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

17. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

Parte II – Cláusulas Especiais

18. Especificações técnicas

Pretende-se com o presente procedimento a aquisição de serviços de nadadores salvadores de acordo com os seguintes lotes:

Lote 1 – Serviço Vigilância Aquática nas Piscinas Municipais Climatizadas de Maximinos, Rodovia, Tebosa e Parretas

Lotes	Local Vigilância	Nº Nadadores Salvadores	Horas/Semana Vigilância	Total Horas Semana	Período Abertura Semanas	Total Horas Ano	Total Horas 3 Anos
Lote 1	Piscina Municipal Maximinos	1	93	93	48	4464	44652
	Piscinas Interiores Rodovia	1	88,5	88,5	48	4248	
	Piscina Municipal Tebosa	1	58	58	48	2784	
	Piscina Municipal Parretas*	1	77	77	44	3388	

Observações:

- A Piscina Municipal das Parretas, no Lote 1, apenas estará disponível após obras de beneficiação, pelo que, neste momento apenas se encontra salvaguardada a abertura no período balnear;
- Segue em anexo os horários das piscinas.
- Os períodos de abertura das piscinas poderão ser sujeitos a alteração, de acordo com as políticas de ocupação de piscina

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

Lote 2 – Serviço Vigilância Aquática nas Piscinas Balneares da Rodovia, Ponte e Parretas e nas Praias Fluviais de Adaúfe, Merelim S. Paio, Ponte do Bico, Cavadinho e Navarra

Lotes	Local Vigilância	Nº Nadadores Salvadores	Horas/Semana Vigilância	Total Horas Semana	Período Abertura Semanas	Total Horas Ano	Total Horas 3 Anos
Lote 2	Piscina Municipal Ponte	1	66,5	66,5	14	931	41097
	Piscina Exterior Rodovia	2	66,5	133	14	1862	
	Piscina Municipal Parretas	1	66,5	66,5	10	665	
	Praia Fluvial Adaúfe	3	66,5	199,5	14	2793	
	Praia Fluvial Merelim S. Paio	2	66,5	133	14	1862	
	Praia Fluvial Ponte Bico	2	66,5	133	14	1862	
	Praia Fluvial Navarra*	2	66,5	133	14	1862	
	Praia Fluvial Cavadinho*	2	66,5	133	14	1862	

Observações:

- As Praias Fluviais de Navarra e Cavadinho, apenas se enquadrarão no Lote 2, após término das obras de beneficiação das infraestruturas de apoio e mediante designação da APA enquanto Água Balnear;
- Segue em anexo os horários das piscinas;
- As praias fluviais serão vigiadas das 10:00 às 19:30

Obrigações acessórias para os 2 lotes

- Os Nadadores Salvadores deverão possuir formação em DAE – Desfibrilhação Automática Externa.
- Todos os Nadadores Salvadores deverão ter cédula válida emitida pelo ISN e equipamento individual próprio.
- Os Postos de praia e postos de piscina serão disponibilizados pelo Município de Braga.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

- Além do processo de vigilância, o adjudicatário terá de reabastecer as malas de primeiros socorros de cada local de vigilância.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 22/12/09

O Presidente da Câmara,

.....

(Ricardo Rio)

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt